

Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil / *Challenges of social movements in Brazil today*

MARIA DA GLÓRIA GOHN⁵⁵

Resumo: Este artigo recupera fragmentos do processo de construção da cidadania no Brasil, nas últimas três décadas, destacando a participação da sociedade civil organizada. O texto está organizado em dois momentos, inicia-se com uma breve fundamentação das categorias cidadania, participação e sociedade civil para recuperar os antecedentes do atual modo e forma de participação social; e, faz uma retrospectiva dos principais movimentos sociais que participaram da trajetória de lutas por direitos e pela construção da cidadania no Brasil, nos anos de 1990 e na primeira década deste milênio.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Cidadania; Participação Social

Abstract: This article recovers fragments of the citizenship construction process in Brazil in the last three decades, highlighting the participation of the organized civil society. The text is organized in two stages, beginning with a brief justification of citizenship, participation and civil society categories to retrieve the background of the current mode and way of social participation; and makes a retrospective of the main social movements that took part in the course of struggles for rights and for the construction of citizenship in Brazil in the 1990s and also in the first decade of this millennium.

Keywords: Social Movements; Citizenship; Social Participation.

Pressupostos sobre cidadania e participação da sociedade civil organizada

O texto recupera fragmentos do processo de construção da cidadania no Brasil, nas últimas três décadas, destacando a participação da sociedade civil organizada. Ele tem dois momentos, inicia-se com uma breve fundamentação das categorias cidadania, participação e sociedade civil para recuperar os antecedentes do atual modo e forma de participação social; faz uma retrospectiva dos principais movimentos sociais que participaram da trajetória de lutas por direitos e pela construção da cidadania no Brasil, nos anos de 1990 e na primeira década deste milênio.

Como localizar o termo cidadania no universo de referências ao se falar da participação cidadã, por exemplo? A análise histórica nos revela que encontramos atributos do termo cidadania de ordem: jurídica (o mais extenso, dado pelas leis e juridização das ordens socioeconômica, política e cultural), normativos (como deveria ser o comportamento dos cidadãos ou de um "bom cidadão") e atributos construídos pelas ciências sociais, tanto

⁵⁵ Maria da Glória Gohn, socióloga, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; pós-doc na New School of University, New York. Profª Titular da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, Pesquisadora I do CNPq, vice-presidente do Research Committee Social Classes and Social Movements (RC 47), da Associação Internacional de Sociologia.

na Sociologia como na Ciência Política, relacionando cidadania para além do debate sobre os direitos e as obrigações (ou deveres), entrando no campo de discussão sobre a igualdade/desigualdade; universal/particular; público/privado, singular/diverso, pertencimento/desfiliação etc. O conjunto dessas categorias possibilitou o desdobramento do conceito de cidadania em cidadania ativa e cidadania passiva numa perspectiva processual e não atribuída, dada a priori, naturalizada pelos códigos legislativos. O que irá definir a cidadania é um processo onde se encontram redes de relações, conjuntos de práticas (sociais, econômicas, políticas e culturais), tramas de articulações que explicam e ao mesmo tempo sempre estão abertas para que se redefinam as relações dos indivíduos e grupos com o Estado. O Estado é sempre elemento referencial definidor porque é na esfera pública estatal que se asseguram os direitos: da promulgação à garantia do acesso, e as sanções cabíveis pelo descumprimento dos direitos já normatizados e institucionalizados.

Sabe-se que a cidadania para ser plena não pode ser passiva, tem que ser ativa, é um processo ativo. Não se limita ao voto, este é apenas uma dimensão do cidadão, a dimensão civil. Ela relaciona-se diretamente com a participação dos indivíduos na esfera pública e com o exercício dos direitos. É o direito a ter direitos e poder exercitá-los. A cidadania deve contemplar a universalidade dos direitos e não direitos restritos, focalizados, que criam diferenças entre as pessoas. Não existe o cidadão de segunda categoria, pois este seria o não cidadão, ou um cidadão menor.

Cidadania também tem a ver com as ideias de civilidade, civilização e respeito aos indivíduos enquanto seres humanos. O conceito republicano de cidadão não é aquele que usa a liberdade só para desempenho como pessoa privada, mas é aquele que tem na participação uma prática comum. A cidadania ativa requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da história de seu tempo. A educação entra neste processo de formação como um direito humano, para o desenvolvimento do ser humano. A educação contribui para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos, para o fortalecimento dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, para o desenvolvimento de sua personalidade, respeito às diferenças, atitudes de tolerância, amizade, solidariedade e fraternidade com o semelhante.

Já se tornou lugar comum ouvir sobre a importância da sociedade civil, que ela está se firmando no polo internacional como impulsionadora de mudanças, inovações etc. A tendência atual é falar sobre o seu protagonismo. Observa-se que o conceito de sociedade civil vem sofrendo modificações que acompanham a conjuntura nacional. No Brasil, de uma forma geral, ele surge no período da transição democrática, no final dos anos 1970, quando foi introduzido no vocabulário político corrente e passou a ser objeto de elaboração teórica etc. Na ocasião, ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país, na luta contra o então regime militar. Esse cenário estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas, no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens e direitos sociopolíticos negados, até então, pelo regime vigente. Um dos principais eixos articuladores da sociedade civil foi dado pela noção de autonomia. Tratava de organizar-se, independentemente, do Estado. Era um discurso estratégico. A democracia direta e participativa era tida como modelo ideal. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava, também, um ato de desobediência e de resistência ao regime político predominante. Naquele período, novos atores entraram em cena, principalmente os movimentos sociais populares, reivindicatórios, apoiados por alas da teologia da libertação (de várias igrejas, especialmente católicos e luteranos), entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) etc. O principal polo de identificação dos diferentes atores era dado pela reivindicação de mais liberdade e justiça social.

Com a saída dos militares do poder, a partir de 1985, o significado do termo sociedade civil começa a se alterar. A progressiva construção de canais de participação e

representação exigiram novas posturas e agendas dos militantes dos movimentos sociais populares que perderam, paulatinamente, a centralidade nos discursos sobre a sociedade civil, porque não se tratava mais de estar de costas para o Estado, mas de participar de políticas de negociações, de democratizar o Estado. Além disso, com o retorno a constitucionalidade democrática, surgiu uma pluralidade de novos atores sociais, decorrentes de novas formas de associativismo que emergiram na cena política, especialmente as ONGs e associações civis do Terceiro Setor.

A partir dos anos de 1990 a autonomia dos membros da sociedade civil deixa, portanto, de ser o eixo estruturante fundamental para a construção de uma sociedade democrática. Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas na conquista de espaços na sociedade política, especialmente nas parcerias que se abrem entre governo e sociedade civil organizada, via políticas públicas.

Houve, portanto, uma ampliação do leque de atores sociais nos anos 90. Com isso, certamente, ampliou também o campo da sociedade civil. Disso resultou um descentramento dos sujeitos históricos em ação, antes focado nas classes populares e nos movimentos populares, especialmente os movimentos sociais populares urbanos. Este descentramento do sujeito popular e a emergência de uma nova pluralidade de atores conferiu ao conceito de cidadania a mesma relevância que tinha tido o conceito de autonomia, nos anos 80. Certamente que nos anos 70/80 a questão da cidadania já estava posta nos debates e nas demandas sociais nas lutas pela democratização, expressas principalmente no movimento das Diretas Já, na Constituinte, na nova Carta Constitucional denominada de "Constituição Cidadã", em todos os movimentos populares etc. Mas nos anos 90 a questão da cidadania foi ressignificada, tanto na sociedade civil como nas políticas públicas. Surgem novas facetas à cidadania tais como o exercício da civilidade, o compromisso e a responsabilidade social do cidadão como um todo, a sustentabilidade das práticas coletivas etc. Ou seja, foi destacado não apenas os direitos, que é a alavanca básica do conceito de cidadania, mas também foi introduzida a questão dos deveres, da responsabilização nas arenas públicas, e essa responsabilização abriu caminhos para a participação de diferentes e novos atores sociais nas políticas de parcerias entre o Estado e a sociedade civil. Passa-se a enfatizar a responsabilização dos cidadãos, as empresas, e os órgãos governamentais nas novas políticas públicas; criam-se espaços para a participação nestas políticas via parcerias, ou nos espaços criados institucionalmente, como os conselhos gestores e os fóruns sociais públicos.

Neste novo cenário, a sociedade civil se amplia para entrelaçar-se com a sociedade política. Desenvolve-se, então, o chamado espaço público não estatal expresso nos conselhos, fóruns, redes de articulação etc. A importância da participação da sociedade civil, neste novo contexto, se faz para democratizar a gestão da coisa pública. Abrem espaços para inverter as prioridades das administrações, no sentido de que as políticas atendam não apenas as questões emergenciais de forma superficial e com uma ótica economicista, baseada na lógica custo-benefício, mas que atendam as questões sociais como prioridade maior. Foram emergindo novíssimos atores sociais nas políticas de parcerias, na execução de projetos sociais. Esses novos atores foram criando, também, novos espaços, instituições próprias para participarem dos novos pactos políticos que deem sustentação ao modelo político vigente.

Angela R. Paiva, em recente pesquisa de pós-doutorado na Unicamp, sob minha supervisão construiu hipóteses de trabalho e conclusões analíticas interessantes a respeito da temática em tela, entre as quais destaco uma longa citação:

“(…) pode-se dizer que a redemocratização do país significou nova articulação entre sociedade civil e esfera pública política, quando uma nova ideia de cidadania está em curso no momento em que atores se organizam, recusando-se a permanecer em seus antigos lugares subalternos; (...) todo esse

novo associativismo vai trazer novas pautas para a esfera pública política e novas demandas por direitos. E a teoria social que analisa a construção social da cidadania e a teoria crítica produzida por Habermas e Honneth, com sua repercussão em Taylor e Fraser, é de enorme valor heurístico no caso brasileiro, pois trazem conceitos com potencial explicativo para a “mudança estrutural da esfera pública”. (...) A concretização da animação da esfera pública foi a Constituição de 1988, que vai, não só estimular a descentralização, dando maior ênfase às novas formas de participação social da sociedade civil, mas também manifesta, pela primeira vez, a preocupação com direitos difusos, vale dizer, os direitos das minorias. É um momento, portanto, de novas possibilidades de articulação, fortalecendo a arena da interação discursiva da esfera pública pensada por Habermas (1984). Percebem-se nesse momento, e ao longo da década de 1990, várias novas formas de organização, quando se começou a falar de uma “nova cidadania”, como defendeu Dagnino (1994, p. 109), a “radicalidade da cidadania como estratégia política”, em um processo novo de aprendizado social no qual os atores se recusam a seguir nos mesmos lugares subalternos, assignados a eles. Nesse contexto, está colocado um dilema para a experiência democrática: equacionar os déficits históricos de desigualdade social que se fazem presente na esfera pública com a cidadania “radical”. Porque a análise da construção social da cidadania no Brasil sempre precisou de adjetivos para interpretá-la: ora foi a cidadania passiva (CARVALHO, 1991), regulada (SANTOS, 1979), ou ainda concedida (SALES, 1994), ora relacional (DAMATTA, 1993) ou subcidadania (SOUZA, 2003). Todas essas análises mostram o déficit da fruição de direitos no país, lograda em chave paternalista, como analisa Velho (1996), em uma organização com forte apartheid social, segundo Vera Telles (1994). Mas a redemocratização do país trouxe esses déficits em novas articulações, quando surge o ator social (TOURAINÉ, 1996), e iniciam-se processos reivindicatórios inusitados na cultura política, com movimentos de baixo para cima, cujo protagonismo dos diversos atores se faz presente. E se na década de 2000, os movimentos que agitaram a esfera pública nas duas décadas anteriores parecem estar em um momento de inflexão, isso se deve também a maior porosidade do Estado em atender às demandas. (...) Foi necessária a construção de novo marco de referência para suas propostas, ou seja, a reformulação reflexiva que envolve a construção de novas referências para uma visão de mundo que pudesse substituir a anterior (grifo nosso). É o momento em que condições estruturais de que fala Tarrow (1998) se combinam com a ação concertada dos atores sociais. Como descrevem Tilly e Tarrow (Ocorre) a emergência de um novo repertório para um movimento contestatório. Pode-se mesmo dizer que foi o momento de uma nova pedagogia para a ação coletiva no que McAdam descreveu como a “liberação cognitiva” que acontece quando as mudanças políticas fornecem “pistas cognitivas” que começam o processo de liberação cognitiva quando surgem os atores que encontram novo significado para sua ação” (PAIVA, 2012, p. 06-10).

Coube, portanto, à sociedade civil, um papel central nesse reequacionamento. Mas quem são os atores considerados como os principais protagonistas desta nova sociedade civil? São as ONGs, os movimentos sociais, as comissões, grupos e entidades de Direitos Humanos, grupos de defesa dos direitos dos excluídos, por diferentes causas como: gênero, raça, etnia, religião, portadores de necessidades físicas especiais, inúmeras associações com perfis variados, entidades do chamado Terceiro Setor, fóruns locais, regionais, nacionais e

internacionais etc. Entidades ambientalistas, de defesa do patrimônio histórico, redes comunitárias nos bairros, conselhos populares, conselhos setorizados, conselhos gestores institucionalizados. Todos esses, com fundações e empresas cidadãs, passam a compor esse novo leque do que tem sido denominado como sociedade civil.

Disso tudo resulta que a sociedade civil organizada não é homogênea, nem composta por atores que tenham o mesmo entendimento dos problemas sociais, políticos e culturais da sociedade. Ela é bastante diversificada.

Movimentos, ONGs e entidades civis nos anos de 1990

O segundo ponto a ser abordado refere-se a uma breve caracterização dos atores propriamente ditos que realizam as ações coletivas na sociedade civil. Inicialmente destacamos os movimentos sociais nos anos de 1990 e no próximo subitem, os movimentos no novo milênio. Sabemos que os movimentos sociais têm sido considerados, por vários analistas e consultores de organizações internacionais, como elementos e fontes de inovações e mudanças sociais. Existe também um reconhecimento de que eles detêm um saber, decorrentes de suas práticas cotidianas, passíveis de serem apropriados e transformados em força produtiva. Quando se examina, por exemplo, a questão indígena, ressalta-se o saber que eles detêm sobre a floresta. Em resumo, os movimentos são elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social. E não são agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas nos manuais ensinavam; ou como ainda são tratados por políticos tradicionais e conservadores.

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação face a nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas em ação). O importante a destacar é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. O repertório de lutas que eles constroem, demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais. A partir de 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. No caso da habitação e reforma urbana, por exemplo, o próprio Estatuto da Cidade, é resultado dessas lutas. O Fórum da Participação Popular e tantos outros fóruns e experiências organizativas locais, regionais, nacionais e até transnacionais, estabeleceram práticas, fizeram diagnósticos e criaram agendas, para si próprios, para a sociedade e para o poder público. O Orçamento Participativo, e vários programas, surgiram como fruto desta trajetória.

Movimentos sociais na primeira década no novo século no Brasil

No Brasil, na atualidade, os movimentos sociais são distintos dos ocorridos do final da década de 1970 e parte dos anos 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora alguns dos atuais movimentos ou quadros de suas assessorias sejam herdeiros daqueles dos anos 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, observamos que aqueles movimentos não estavam autocentrados. Embora não tivessem ainda a circulação em espaços nacionais e transnacionais que se tem hoje, a maioria deles não estava voltada apenas para si próprios, olhavam para o outro, até para poder construir a própria identidade, segundo o efeito do espelho – como diria Lacan, miravam-se no(s) outro(s). A cidadania era o grande mote articulador dos discursos – buscavam direitos. Queriam ter o direito de ter direitos.

A noção do novo sujeito histórico, povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular na década de 1980 e 1990, reformulou-se no novo milênio, assim como deu novos

sentidos e significados às suas práticas. Resulta desse processo uma identidade diferente, construída a partir da relação com outros atores sociais, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares. Este outro está presente nos relacionamentos desenvolvidos com novas formas de associativismo emergentes, interações compartilhadas com ONGs e a participação nas políticas públicas.

Isso tudo alterou o projeto político dos movimentos populares urbanos no sentido de um projeto político policlassista, um novo projeto político dos movimentos populares, que vai contemplar outras questões além de demandas específicas do campo das carências socioeconômicas, indo das questões do modelo de desenvolvimento do país às questões do meio ambiente e do desenvolvimento humano. Na maioria dos casos, não há uma ênfase exclusiva nas questões apenas locais, inclui-se outras dimensões. Em parte, essas mudanças se explicam pelos efeitos do próprio modelo organizacional adotado: de se atuar em redes. O outro, o diferente, acaba alterando o movimento local. Com isso, outros temas entraram para a agenda dos movimentos populares urbanos, tais como o de uma cidadania planetária, antes circunscritos aos movimentos sociais organizados e assessorados por outras camadas sociais, como os ambientalistas, as mulheres, direitos humanos etc.

Neste novo século, o Brasil está entre os países que capitalizaram a crise se inserindo em nichos do mercado internacional, promovendo fortes políticas de proteção social, com programas sociais interagindo entre alguns movimentos sociais, sindicatos, associações e ações coletivas, e órgãos governamentais, e políticas de recuperação do salário dos trabalhadores. Esta interação se faz via políticas institucionalizadas, e pode ser observada em grandes conferências nacionais e nas políticas focalizadas para segmentos sociais, como os afrodescendentes, ou políticas sobre temáticas sociais, como a alimentação, por exemplo. Todas elas denominam-se políticas de inclusão ou de proteção social, a exemplo do Brasil, Colômbia e México. Em todos os casos, o elemento comum é a territorialização / espacialização das ações coletivas e a tematização dos conflitos sociopolíticos e culturais.

Um panorama dos movimentos sociais neste novo milênio pode ser descrito em torno de 14 eixos temáticos que envolvem as seguintes lutas e demandas, a saber (GOHN, 2012):

1. Movimentos sociais ao redor da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade. Exemplos:
 - a) Movimentos pela moradia, expressa em duas frentes de luta: articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais de centro esquerda e movimentos populares que militam ao redor do tema urbano (o habitat, a cidade propriamente dita). Eles participaram do processo de construção e obtenção do Estatuto da Cidade; redes de movimentos sociais populares dos sem-teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados), apoiados por pastorais da Igreja católica e outras. Os movimentos demandam moradia nas áreas centrais das capitais, melhor transporte público e mais emprego nas regiões periféricas;
 - b) Movimentos e ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demandas pela paz (no trânsito, nas ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio etc.). Certamente que nós já tínhamos o movimento pelos direitos humanos. Ele teve um papel importante e fundamental desde a luta pela anistia, nos anos 70/80. Mas, atualmente, pelas características, e pelo panorama da sociedade brasileira atual, pelos fatos e acontecimentos recentes na sua conjuntura, o movimento contra a violência nas cidades ganhou força. O movimento contra a violência está sendo organizado em bairros e representam um clamor da sociedade civil na área da segurança pública, na

busca de proteção à vida do cidadão no cotidiano. Pesquisas de opinião pública estão demonstrando que a segurança está passando a ser o principal item de demanda da população, mais do que o emprego.

Os movimentos de direitos humanos criaram redes nacionais e estão interligados a redes internacionais como a Anistia Internacional. Já os movimentos contra a violência, nos centros urbanos, são mais focalizados. Têm um caráter diferente, partem de grupos e ações localizadas, motivados por perdas de entes queridos; eles passam a criar redes, mobilizam as associações comunitárias dos bairros – muitas vezes também acuadas pelo medo à violência dos grupos armados organizados de uma região. O movimento contra a violência urbana têm organizado passeatas, manifestações de rua etc. O próprio movimento estudantil, que entra e sai da cena pública constantemente, tem tido um papel importante no movimento antiviolência, em campanhas como pelo desarmamento da população, por exemplo.

- c) Mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); ou ainda mobilizações de segmentos atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços.
2. Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade:
 - a) Orçamento Participativo e Conselhos Gestores (saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idoso).
 - b) Conselhos da Condição Feminina, Populações Afrodescendentes etc.
 - c) Conselhos e vários fóruns ao redor da questão da alimentação, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

Observa-se na lista acima uma ampliação das formas de gestão deliberativas, criando inúmeras inovações no campo da participação popular democrática, como a participação via eletrônica; assim como construiu e/ou redesenhou o formato de várias políticas sociais com a generalização do uso de grandes conferências nacionais copatrocinadas pelos órgãos públicos. A institucionalização de canais e práticas da sociedade civil, em sua relação com a sociedade política, produziu também novos movimentos sociais, a exemplo de alguns criados a partir da conjuntura atual, articulados com ONGs, voltados para as questões relativas à democratização do Estado ou das políticas públicas, a exemplo do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral-MCCE, no Brasil. Para Tapia (2009) para entender a construção e a dinâmica do sujeito nas lutas e movimentos sociais na atualidade, na América Latina, temos que entender as novas políticas institucionalizadas da região.

3. Movimentos pela educação, agrupados em dois grandes blocos:
 - a) Educação formal:
 - b) Educação não formal.
4. Movimentos ao redor da questão da saúde, tais como:
 - a) Sistema Único de Saúde (SUS);
 - b) Conferências nacionais, estaduais e municipais da saúde;
 - c) Agentes comunitários de saúde;

- d) Portadores de necessidades especiais;
 - e) Portadores de doenças específicas: insuficiência renal, lúpus, parkinson, mal de Alzheimer, câncer, doenças do coração etc.
5. Movimentos de demandas na área dos direitos:
 - a) humanos: situação nos presídios, presos políticos, situações de guerra etc.;
 - b) culturais: preservação e defesa das culturas locais, patrimônio e cultura das etnias dos povos.
 6. Mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego.
 7. Movimentos decorrentes de questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas.
 8. Mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de ruas, nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); movimentos dos pequenos produtores agrários, as quebradeiras de coco do Nordeste etc.
 9. Movimentos contra as políticas neoliberais:
 - a) Mobilizações contra as reformas estatais que retiram direitos dos trabalhadores do setor privado e público;
 - b) Atos contra reformas das políticas sociais;
 - c) Denúncias sobre as reformas que privatizam os órgãos e aparelhos estatais.
 10. Grandes fóruns de mobilização da sociedade civil organizada: contra a globalização econômica ou alternativa a globalização neoliberal (contra Alca, por exemplo); o Fórum Social Mundial (FSM), iniciativa brasileira, com dez edições ocorridas no Brasil e no exterior; o Fórum Social Brasileiro, inúmeros fóruns sociais regionais e locais; Fóruns da Educação (Mundial, de São Paulo); Fóruns Culturais (jovens, artesões, artistas populares etc.). São os movimentos transnacionais – uma das novidades na mobilização da sociedade civil neste milênio. Retomaremos este ponto.
 11. Movimento das cooperativas populares: material reciclável, produção doméstica alternativa de alimentos, produção de bens e objetos de consumo, produtos agropecuários etc. Trata-se de uma grande diversidade de empreendimentos, heterogêneos, unidos ao redor de estratégias de sobrevivência (trabalho e geração de renda), articulados por ONGs que têm propostas fundadas na economia solidária, popular; organizam-se em redes solidárias, autogestionárias. Muitas dessas ONGs têm matrizes humanistas, propõem a construção de mudanças socioculturais de ordem ética a partir de uma economia alternativa que se contrapõe à economia de mercado capitalista.
 12. Mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, contra a construção de hidroelétricas e usinas – a exemplo do Belo Monte, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal etc.
 13. Movimentos sociais no setor das comunicações, a exemplo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).
 14. Movimentos pela Ética na Política. Criados nos anos de 1990, ele foi pontual e teve importância decisiva em certas conjunturas. Neste novo século ele ressurgiu em demandas localizadas como o Movimento Ficha Limpa (em relação aos candidatos às

eleições), e está na base de várias marchas e atos de protesto que têm se expandido e tomado vulto na América Latina e na Europa – o Movimento dos Indignados! Até o momento, os “Indignados” estão muito tímidos no Brasil.

A repolitização dos movimentos sociais

Ao final da primeira década deste século, a crise financeira global dará suporte para o nascimento de novos movimentos sociais, tanto no mundo ocidental (*Occupy Wall Street* e Indignados na Europa), como no Oriente (Primavera Árabe e outros). Os movimentos e mobilizações sociais mudaram novamente seus territórios e o eixo de seus repertórios discursivos. Passaram da antiglobalização (ou alterglobalização) para a negação da globalização e seus efeitos sobre a economia e o social, especialmente após a crise econômico-financeira de 2008. Estão tomando escala global como o Movimento de Indignados contra a globalização. A indignação, categoria que pode ser analisada em vários planos, especialmente no da moral, dos valores, da ética e da justiça social, tem ganho centralidade nas ações coletivas dos jovens e atuado como um dos principais parâmetros de avaliação dos comportamentos dos grupos dominantes – tanto econômicos como os políticos. Eles estão reformulando a pauta das demandas, de demandas identitárias, para demandas grupais focadas em problemas da vida cotidiana – emprego, finanças/salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, terra para viver e plantar (demanda já secular, agora em confronto com o agronegócio e outros) etc. Eles estão politizando as demandas socioeconômicas e políticas, independente de estruturas partidárias.

Resulta do novo cenário em que movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade no século XXI, como atores que pressionam por processos de mudança social e reinventam as formas de fazer política. Eles também se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteram seus projetos políticos. Mas como são muitos e heterogêneos, parte deles fragmentou-se, perdeu ou redefiniu sua identidade, ideias e pontos de vistas centrais, alterando o projeto e a cultura política existente. Outros se redefiniram segundo as mudanças de outros atores sociais em cena. Ou, ainda, aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização econômica (geradora de resistências e protestos) e cultural (geradora de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens baseadas na pedagogia do exemplo – aprender via observação – nos grandes eventos transnacionais, ou via conexão na rede internet). O perfil dos participantes alterou-se de militante para ativista. As marchas tornaram-se o modelo básico de protesto. As redes sociais substituíram os ‘muros de Paris’, como divulgadores das demandas, palavras de ordem e articuladora das ações em si, lembrando e comparando com 1968.

Para finalizar este texto, registre-se que a pauta de debates acadêmicos, nos últimos anos, especialmente no Brasil, esteve mais focada em torno das políticas públicas, trazendo preocupações muito mais relacionadas com a “institucionalização” das práticas coletivas civis que os “novos” atores de movimentos sociais apresentam, agora incorporados à lógica política institucionalizada, bem como com temáticas sobre as novas formas de gestão social e às formas de participação política no âmbito de diferentes instâncias estatais. Entretanto, usualmente nestes debates, os novos atores apareceram desligados de uma dimensão associativa que os enquadrem em cenários de conflitualidade política e social; criadores de instâncias coletivas de ação em constante resignificação e em eventual situação de antagonismo perante o cenário político institucional. Outras mudanças podem ser destacadas nas interpretações contemporâneas sobre os movimentos sociais, tais como: o questionamento dos paradigmas e teorias hegemônicas não só dos movimentos sociais, mas das teorias sociológicas, políticas e democráticas; Neste debate recuperam-se os termos do debate dos anos de 1990 que ocorreu na Europa em relação ao tema da colonização, especialmente na África (SPIVAK, 2008). O que muitas dessas análises não tem considerado

é a questão das classes sociais, pois elas filiam-se a modelos pós-modernos de explicação da realidade social, e desconsideram as explicações estruturais mais amplas.

Conclusões e desafios

Este texto fez um resgate do processo de construção da cidadania no Brasil nos últimos 30 anos. As formas novas de cidadania refletem um novo momento e um modelo na trajetória do associativismo brasileiro. Destacamos neste associativismo o papel dos movimentos sociais. Observa-se que alguns movimentos voltaram a ter visibilidade e centralidade, como atores que pressionam por processos de mudança social. Eles também se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteram seus projetos políticos. Mas como são muitos e heterogêneos, parte deles fragmentou-se, perdeu ou redefiniu sua identidade, ideias e pontos de vistas centrais, alterando o projeto e a cultura política existentes. Outros se redefiniram segundo as mudanças de outros atores sociais em cena. Ou, ainda, aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização econômica (geradora de resistências e protestos) e cultural (geradora de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens baseadas na pedagogia do exemplo – aprender via observação – nos grandes eventos transnacionais, ou via conexão na rede internet). Os exemplos principais destas últimos é o movimento antiglobalização, também chamado de altermundialistas ou alterglobalização, ou ainda transnacionais (DELLA PORTA; TARROW, 2005). Registre-se, entretanto, a heterogeneidade das formas de movimentos sociais.

Nossas análises destacam o caráter educativo das ações coletivas, organizadas sob a forma de movimentos sociais, a ampliação deste cenário associativo para além da sociedade civil – adentrando em novas esferas públicas, a exemplo dos conselhos e conferências nacionais, e o surgimento de novos formatos deste associativismo, que trabalha agora essencialmente em rede. O Estado transformou suas relações com a sociedade civil organizada, impulsionando políticas públicas participativas – muitas delas coordenadas ou com a participação de antigas lideranças oriundas de movimentos sociais. A busca da institucionalização de práticas – antes autônomas, tornou-se uma constante. Novo marco regulatório oficial possibilitou a criação de inúmeras inovações no campo da gestão democrática, e o leque de entidades e associações atuando no campo da educação, especialmente na educação não formal, cresceu bastante.

Disso tudo resulta um cenário contraditório no qual convivem entidades que buscam a mera integração dos excluídos por meio da participação comunitária em políticas sociais exclusivamente compensatórias; com entidades, redes e fóruns sociais que buscam a transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento que impera no país, inspirados num novo modelo civilizatório onde a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis.

Há muitos desafios a serem enfrentados. Como meta geral precisamos alterar a cultura política de nossa sociedade (civil e política) ainda fortemente marcada pelo clientelismo, fisiologismo e por diversas formas de corrupção; reestruturar a cultura administrativa de nossos órgãos públicos ainda estruturados sobre os pilares da burocracia e do corporativismo; contribuir para o fortalecimento de uma cultura cidadã que respeite os direitos e deveres dos indivíduos e coletividades, pois a cidadania predominante se restringe ao voto e é ainda marcada pelas heranças coloniais da subserviência e do conformismo.

No plano da pesquisa, precisa-se desenvolver indicadores socioculturais e sociopolíticos que possam analisar e avaliar, atuações e políticas sociais, dos novos sujeitos contemporâneos que se mobilizam. Os indicadores, critérios, e categorias que são utilizados, são herança e herdeiros, na maioria das vezes, de uma ciência social já superada, que não responde mais às necessidades da atualidade. São indicadores econômicos, quantitativos,

criados quando não havia o desenvolvimento das novas tecnologias – que estão revolucionando o mundo das comunicações, das relações sociais entre as pessoas, e as ações coletivas dos movimentos. Por isso, recentemente publicamos um artigo na revista *Cult* denominado “A revolução será tuitada!”.

Em resumo: o compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham por base a participação social via o protagonismo da sociedade civil, exige uma clara vontade política das forças democráticas organizadas para a construção de uma nova sociedade. É preciso que se respeitem os direitos de cidadania e aumente progressivamente os níveis de participação democrática de sua população nos espaços públicos, consolidados em instituições que dão forma aos direitos humanos e ao exercício da participação cidadã, presentes nos conselhos, plenárias, fóruns e outras possíveis instituições a serem inventadas. Tudo isto compõe o universo da temática: movimentos sociais e cidadania. Concluímos, lembrando um alerta de Rancière, quando critica as formas de participação não emancipadoras, formas criadas apenas para estabelecer consensos e controles, dizendo que nestes casos a participação política é confundida com o consenso e a política deixa de ser “a reivindicação da parte dos que não têm parte, a uma intervenção de expediente” (RANCIÈRE, 1995).

Submetido em 3 de dezembro de 2012 e aceito para publicação em 30 de setembro de 2013.

Referências

- DELLA PORTE, Donatella; TARROW, Sidney. *Transnational protest and global activism* (Org.). London: Rowman& Littlefield, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: 34, 1995.
- SPIVAK, Gayatri C. Estudios de la subalternidad. In: SPIVAK et al. *Estudios postcoloniales. Ensayos fundamentales*. Madri: Queimadas Graficas, 2008.
- PAIVA, Angela R. *Direitos, desigualdade e acesso à Educação Superior*”, Relatório de Pós-Doc. Pesquisa. Campinas: Unicamp, 2012
- TAPIA, L. Movimientos sociales, movimientos sociales y los no lugares de la política. *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano*, n. 11, Buenos Aires: Clacso, 2009.